

# IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

## IMPACTS OF FAMILY SCHOLARSHIP PROGRAM IN MURIAÉ COUNTY, STATE OF GENERAL MINES: CHANGE AND PERMANENCE<sup>1</sup>

Grasiele Costa dos Santos Fortini<sup>2</sup>  
Maria das Dores Saraiva de Loreto<sup>3</sup>  
Douglas Mansur da Silva<sup>4</sup>

### 1. RESUMO

A pesquisa, baseada em um estudo de caso, teve como objetivo avaliar os programas de transferência de renda, especificamente o Programa Bolsa Família (PBF), suas mudanças e implicações na redução da pobreza e empoderamento das famílias, no contexto do território de abrangência do município de Muriaé, estado de Minas Gerais. Metodologicamente fez uso de pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevista semiestruturadas junto a famílias beneficiárias. Os resultados mostraram que, na percepção das famílias, o programa é entendido como Bolsa Escola, tendo como contribuição o impedimento de situações de fome. Na realidade de Muriaé, o PBF prioriza a transferência de renda, razão por que as chances de ser considerado “portas de saída da pobreza e da exclusão social” são limitadas. Conclui-se que o programa não conduziu as famílias beneficiárias ao empoderamento, para que o peso da pobreza e da exclusão, corporificado nas experiências vividas, fosse substituído por práticas cidadãs, num contexto de inclusão social.

**Palavras-chave:** Políticas sociais; Transferência de renda; Empoderamento.

---

1

<sup>2</sup> Grasiele C dos Santos Fortini – Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa-UFV e especialista em Planejamento e Gestão Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF, Bacharel em Serviço Social. E-mail para contato: [grasi.fortini@terra.com.br](mailto:grasi.fortini@terra.com.br)

<sup>3</sup> Orientadora : Maria das Dores Saraiva de Loreto- Profa. Associada do Departamento de Economia Doméstica (DED/UFV), Economia Doméstica, Doutora em Economia Aplicada e Pós- Doutora em Família e Meio Ambiente. E-mail para contato: [mdora@ufv.br](mailto:mdora@ufv.br)

<sup>4</sup> Co-orientador: Douglas Mansur da Silva- Prof. Coordenador do Curso de Graduação em Ciências Sociais (DSC/UFV), Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Antropologia Social, Doutor em Antropologia Social. E-mail para contato: [douglas.mansur@ufv.br](mailto:douglas.mansur@ufv.br)

## **2. ABSTRACT**

The research, based on a case study aimed to evaluate the income transfer programs, specifically the Bolsa Família Program (BFP), its changes and implications for poverty reduction and empowerment of families in the context of the territory covered municipality of Muriaé, state of Minas Gerais. Methodologically made use of bibliographic and documentary research, and semi-structured interviews with the beneficiary families. The results showed that, in the perception of the families, the program is understood as Bolsa Escola, with the contribution of preventing famines. In reality Muriaé, the PBF prioritizes the transfer of income, which is why the chances of being considered "exit doors of poverty and social exclusion" are limited. It is concluded that the program did not lead beneficiary families empowerment so that the burden of poverty and exclusion, embodied in experiences, be replaced by humane practice in a context of social inclusion.

**Keywords:** Social policies; Transfer of income; empowerment.

## **3. INTRODUÇÃO**

O Programa Bolsa Família (PBF), instituído em 2003, tem por objetivos reduzir a pobreza monetária e ampliar o acesso à educação, assistência social e aos serviços de saúde. Ações previstas no programa articulam a transferência de recursos monetários ao cumprimento, pelas famílias beneficiárias de um conjunto de condicionalidades na área de saúde, educação e assistência social e à participação em programas complementares, especialmente de alfabetização e geração de emprego e de renda. Em geral, espera-se que o PBF produza mudanças na vida das famílias, quer pela maior capacidade de consumo decorrente do benefício monetário, quer pelo maior acesso às ações e serviços públicos decorrente das condicionalidades, ou pelo impacto de programas complementares que venham a incidir sobre as famílias. (MDS, 2013).

Segundo Rego (2013), existe um grande número de famílias destituídas de voz, desempregados estruturais; compostas por milhões de brasileiros que estavam e que, em muitos casos, ainda estão fora das heranças mais básicas da civilização, mesmo com o apoio governamental, por meio dos programas de transferência de renda. Neste sentido,

com relação aos referenciais teóricos, conceituais do trabalho, as categorias chaves de análise foram família, pobreza e empoderamento. A sustentação das discussões sobre tais categorias tiveram como base: Carvalho (2005), Sarti (1996), Miotto (2000), dentre outros.

Os estudos recentemente produzidos por Santos (2007; 2009), Stotz (2005), Schwartzamn (2007), Rocha (2006); Balsa (2006), Sen (1998), Castel (2004), Iamamoto (2001; 2008) e outros, constituíram a discussão histórica e conceitual a respeito do fenômeno da pobreza a partir de uma leitura dos processos de desenvolvimento social e econômico erigidos na sociedade.

Como o economista indiano, Amartya Sen (2000), ressalta, em diversos pontos de sua obra, a avaliação da qualidade de vida das pessoas demanda a utilização de indicadores multidimensionais não sintetizáveis pela renda. Esta é um instrumento para a obtenção de estados ou realização de ações valorizadas, justamente, pelos seres humanos – um meio para o alcance de fins substantivos. Além disso, a eficiência do instrumento *renda* na obtenção de certos fins (sua *taxa de conversão*) é sujeita a diversas variáveis, como idade, estado de saúde, ambiente natural e social onde vive uma pessoa, dentre outras.

Trata-se, portanto, de superar as limitações dos estudos – pautados pelo critério da insuficiência de renda – de avaliação da pobreza e da orientação das políticas públicas de desenvolvimento social, incorporando outras dimensões fundamentais para caracterizar a qualidade de vida da população, como é o caso do empoderamento familiar<sup>5</sup>. Esta parece ser a questão central para uma avaliação adequada de um dos pilares da política brasileira de desenvolvimento social: as transferências de renda com condicionalidades, fortemente impulsionadas pela criação do Programa Bolsa Família, em 2003.

Assim, os programas de transferência de renda com condicionalidades vêm ocupando um lugar cada vez mais destacado no âmbito das políticas de combate à pobreza, no cenário brasileiro e internacional. O modelo de atuação desses programas e seu efeito sobre a situação de vida da população atendida, combinando ações e estratégias, que visam à ruptura do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza,

---

<sup>5</sup> O empoderamento familiar, segundo Santos et al. (2002), refere-se à maior capacidade dos membros familiares de assumir o controle de suas vidas, com o desenvolvimento e crescimento das capacidades, possibilidades e relações.

vêm-se difundindo, e sofrendo mudanças, que justificam seu monitoramento e avaliação, considerando a autonomia das famílias, com maior controle sobre suas vidas.

Por outro lado, o interesse por esta temática, advém de inquietações decorrentes da minha atuação como Assistente Social na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Muriaé/MG. Dessa experiência surgiram alguns questionamentos que requeriam aprofundamento científico no tocante às condições de vidas das famílias que passavam pelo atendimento do Serviço Social. Diante deste contexto, a questão que norteou a pesquisa foi: O Programa Bolsa Família, no município de Muriaé/MG, constitui uma estratégia adequada para, além do alívio imediato da situação de pobreza, abrir caminho a uma vida digna e autônoma das famílias beneficiárias, com redução da pobreza e empoderamento familiar?

Nesse contexto, buscou-se especificamente, contribuir para o debate acerca da efetivação da Política de Assistência Social, bem como os possíveis impactos, aspectos centrais relevantes, desafios que precisam ser enfrentados; isto é, objetivou-se a partir dessa construção apontar possíveis limites e potencialidades dessa política no município de Muriaé/MG.

#### **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, baseada em um estudo de caso, teve como campo empírico o Programa Bolsa-Família implementado no Município de Muriaé/MG, cidade essa situada na região da Zona da Mata. O município tem uma população estimada, de acordo com o IBGE (2014), em 106.576 habitantes. Quanto aos aspectos geográficos, a área do município corresponde a 842 km<sup>2</sup>, o clima é tropical quente e úmido, a temperatura média anual é 25 °C. Quanto aos aspectos socioeconômicos, o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,773; o de Educação, de 0,929; o de Longevidade, de 0,756; e o de Renda, de 0,77.

Em 2013, conforme dados do Portal da Transparência (2013), o município recebeu do Governo Federal para o Programa Bolsa Família R\$21.706,33; recursos aplicados em

ações voltadas para melhoria da qualidade dos serviços prestados aos beneficiários do programa; comparados ao Estado de Minas Gerais que no mesmo período recebeu R\$ 127.297,46; em se tratando dos dados sobre a desigualdade entre as pessoas em situação de pobreza, o município de Muriaé está à frente do Estado em uma margem não muito significativa, em relação aos 40% mais pobres. E quando considerados o porte do município, o número de serviços sociais implantados, os repasse de recursos Federal e Estadual, bem como a extensão territorial, verifica-se que tal diferença não é significativa.

Observa-se que os indicadores sociais do município de Muriaé têm melhorado de maneira geral: no período 1991-2000 o IDH de Muriaé cresceu 10%, passando de 0,707 em 1991 para 0,773 em 2013. IBGE (2013). A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 46%, seguida pela longevidade com 28% e pela renda com 25,5%. Sendo que estatisticamente, quando comparados à média de Minas Gerais, os indicadores são praticamente idênticos, fato que demonstra que apesar do Produto Interno Bruto ser menor, que a qualidade de vida no município se iguala à média estadual. Segundo o Plano Diretor Participativo (2006), se Muriaé mantivesse esta taxa de IDH, levaria 8,2 anos para alcançar Poços de Caldas, município com maior IDH no Estado de Minas. Em relação aos outros municípios do Brasil, Muriaé apresenta uma boa situação: ocupa a 1227<sup>a</sup> posição, apenas 22% dos municípios brasileiros estão em situação melhor e 78% estão em situação pior ou igual.

No que se refere à renda per capita média, ela é de R\$ 510,00 mensais IBGE (2012), sendo o Índice de Gin do município equivalente a 0,510. O acesso a serviços básicos corresponde à água encanada (91,5%), energia elétrica (98,5%), e Coleta de Lixo (96,0%), conforme dados de Minas Gerais (2010).

Conforme dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2012), o município de Muriaé possui grande desigualdade na distribuição de renda, quadro que também se apresenta no contexto nacional, sendo o Brasil um dos países mais desiguais do mundo. O município está entre os quatro municípios com maior apropriação de renda pelos mais ricos em relação aos pobres. Em se tratando valor da per capita dos um quinto mais ricos, o município fica em segundo lugar na região, asseverando com este, a desigualdade de renda no município em relação à região. Um aspecto positivo diante dos dados analisados: o município é o 11º da região em transferência de renda

governamental e o segundo em dados referentes à população que vive da renda oriunda do trabalho.

#### **4.1- População e Amostra do Estudo**

O universo populacional, segundo dados do MDS (2013) era constituído de 5.258 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família até o momento da pesquisa, realizada no período de 2013\2014. Desse universo foram selecionadas, aleatoriamente 113 famílias, sendo 64 famílias beneficiárias do PBF e 49 egressas, de acordo com o cálculo de amostra finita proposto por Triola (2013).

Importa destacar, que o critério para escolha da amostra foi o fato de a família estar cadastrada no Programa e ser beneficiária da bolsa, ser residente na zona urbana, no território de abrangência dos CRAS do município de Muriaé. A participação das mulheres na pesquisa como representante das famílias, teve como justificativa o fato de que as mesmas serem responsáveis por receber o benefício financeiro.

#### **4.2. Métodos de Coleta e Análise dos Dados**

O desenho do Programa Bolsa-Família referenciou-se em uma pesquisa documental feita ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As informações pesquisadas constituíram-se da história dos programas de transferência de renda, definição do Programa em termos de superação de pobreza e exclusão social, além dos conteúdos gerais contidos na legislação pertinente.

Para examinar a realidade do PBF em Muriaé, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com as famílias beneficiárias e egressas. As informações principais pesquisadas constituíram-se de: como as famílias definem o Programa Bolsa-Família; se se consideram que o recurso monetário transferido pelo PBF altera as condições de vida; como e em que o recurso monetário é utilizado; o que consideram positivo e negativo no Programa; as mudanças sentidas depois do ingresso ao PBF; e quais as implicações do programa sobre o empoderamento familiar.

Fez-se uso também da observação direta, com uso do diário de campo. As anotações do diário de campo incluíram aspectos das condições de moradia, dos relacionamentos entre as pessoas da família e situações que surgiram durante as entrevistas. Essas observações foram importantes para compor o quadro de referências das respostas, pois permitiram contextualizar as falas.

Para caracterizar o perfil socioeconômico das famílias atendidas pelo Programa

Bolsa-Família, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas, com levantamento dos dados sobre: composição das famílias (grau de parentesco, idade, sexo, estado civil, escolaridade, raça/cor); condições de saúde e de educação, ocupação, trabalho, emprego e renda dos membros das famílias; tipo de imóvel (casa, apartamento, cômodos etc.), características do imóvel, condições de consumo, vínculos de amizade, parentesco e de vizinhança.

Parte dos dados foram organizados e processados com base na análise quantitativa, nos termos da estatística descritiva, a qual fornece um perfil das características do grupo estudado. Outra parte foi analisada considerando o conteúdo das falas (BARDIN, 2011) e a interpretação dos sentidos, que visa buscar os sentidos das falas e das ações dos sujeitos para alcançar a compreensão ou explicação para além do que é descrito e analisado.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.1 Características do Perfil Familiar e seu Ambiente**

Os resultados sobre o perfil socioeconômico das famílias, apresentados na Tabela 01, mostraram que a idade das mulheres entrevistadas variou de 27 a 59 anos, embora mais da metade se encontrasse na faixa entre 31 e 40 anos. Seus companheiros, por sua vez, tinham de 28 a 74 anos. O número médio de filhos das famílias entrevistadas foi de 2,6. A maioria das mulheres entrevistadas era casada, embora houvesse quatro que viviam em união consensual, duas separadas e duas solteiras. Constatou-se também, uma baixa escolaridade entre os adultos, com grande concentração de pessoas com no máximo quatro anos escolares, aspecto que tem ligação direta com as condições de pobreza.

Em relação à conformação das famílias, constatou-se uma predominância de famílias nucleares (92,2%), compostas por pai, mãe e filhos. Os outros modelos eram de famílias monoparentais femininas, compostas por filhos e mãe; encontrando-se apenas uma família ampliada residindo na mesma casa - três gerações (avós, filhos e netos). Na amostra não foi encontrada nenhuma família reconstituída, caracterizada por pessoas que mantêm união estável, com presença de filhos de uniões anteriores.

**Tabela 01 - Características do perfil socioeconômico dos membros familiares do PBF. Muriaé/MG, 2013.**

	<b>Mulheres (64)</b>	<b>Homens (64)</b>	<b>Filhos (192)</b>
Faixa etária	Entre 27 e 59 anos	Entre 28 e 74 anos	Entre 1 e 19 anos
Escolaridade	Analfabetos: 2  1ª a 4ª série: 36  5ª a 8ª série: 15  Ensino médio: 10  Ensino superior: 1	Analfabetos: 5  1ª a 4ª série: 33  5ª a 8ª série: 14  Ensino médio: 12	1ª a 4ª série: 63  5ª a 8ª série: 42  Ensino médio: 27  (28 crianças ainda não estão em idade escolar e 32 adolescentes já concluíram o ensino médio)
Cor (etnia) Declarada	Branca: 32  Negra: 20  Parda: 12	Branca: 42  Negra: 20  Parda: 2	
Estado civil	Casado: 27  Separado: 12  União consensual: 14  Solteiro: 11	Casado: 27  Separado: 23  União consensual: 14	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

A maioria das unidades familiares (n=58) tinha entre três e cinco componentes residindo na mesma moradia; apesar de ter sido constatado um predomínio de 4,0 componentes (n=25), seguidas daquelas com três componentes (n=23) e com cinco membros (n=10).

Quanto ao rendimento familiar, das 64 famílias pesquisadas, 6,3% (n=4) não tinham nenhuma renda mensal, conforme informações apresentadas na tabela 2. Essa realidade as levava a criar, frequentemente, diferentes estratégias de sobrevivência para tentar suprir, mesmo que precariamente, suas necessidades. Contavam com a ajuda de parentes e da família, além dos benefícios sociais, como o PBF. Contatou-se que 34,3% (n=22) tinham renda mensal variando entre R\$100,00 e R\$339,00 (meio salário mínimo);

28,1% (n=18) percebiam de meio salário até um salário mínimo; 25% (n=16) tinham renda mensal acima de 1,0 salário mínimo (R\$678,00); e apenas quatro famílias (6,3%) apresentavam renda mensal de dois salários mínimos ou mais. Assim, os dados de rendimento familiar estão de acordo com os critérios de elegibilidade do PBF; pois são eleitas as famílias com renda mensal per capita de até R\$70,00 (extrema pobreza) e famílias com renda mensal per capita de R\$77,00 a R\$154,00 (situação de pobreza).

Essa situação de pobreza era derivada do nível de escolarização que, por sua vez, reflete no tipo de ocupação. Das 64 famílias, apenas em dez unidades familiares havia um dos membros trabalhando no mercado formal de trabalho, contribuindo com o orçamento familiar.

**Tabela 02 – Número de famílias por faixa de rendimentos, Muriaé/MG, 2013.**

<b>Faixa de Rendimento</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>Percentual (%)</b>
Sem renda	4,0	6,25
Entre R\$100,00 e R\$339,00 (meio salário mínimo)	22,0	34,38
Entre R\$339,00 e R\$678,00 (um salário mínimo)	18,0	28,12

Acima de um salário mínimo até R\$ 678,00	16,0	25,00
Acima de dois salários mínimos	4,0	6,25
Total	64,0	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

A ocupação das mulheres entrevistadas era em atividades que não exigiam maior qualificação. Os dados mostraram que, das 64 mulheres entrevistadas, 48% (n=30)

estavam desempregadas e procurando trabalho há mais de seis meses; as demais trabalhavam na prestação de serviços, principalmente no mercado informal, sem carteira assinada: cinco como empregadas domésticas, seis como faxineira, três como babás. Apenas quatro mulheres disseram que não estavam procurando trabalho, pois cuidavam da casa e dos filhos pequenos; enquanto doze delas exerciam atividades domésticas e seis mulheres trabalhavam junto com os maridos.

Com o nível de escolarização, os cônjuges apresentavam o mesmo padrão: 32 deles trabalhavam como trabalhador informal, doze eram pedreiro/servente em obras, dois como vigia noturno, cinco na função de motorista de viação urbana e um como estofador de sofás (trabalhador autônomo). Por outro lado, seis deles não estavam trabalhando: quatro eram aposentados e dois estavam desempregados.

No que se refere à ocupação dos filhos, a maioria era estudante. No entanto, alguns deles desenvolviam algumas atividades que tinham o caráter de ajuda à família, como: trabalhar em casa (varrer, lavar roupas, limpar o quintal, cuidar da horta, recolher roupas do varal) e na rua (buscar lenha, vender picolés, catar latas e sucatas). As mães viam no trabalho dos filhos, uma forma positiva de retirá-los das ruas e de criar o gosto pelo trabalho. Nas suas falas, diziam que os filhos podiam trabalhar “em serviços leves”.

Assim, apontaram que às vezes solicitavam ajuda aos filhos para realizar atividades consideradas por elas leves e sem riscos, como varrer, tirar roupas do varal, catar latinhas e sucatas, ajudar a buscar lenha nas matas próximas, dentre outros serviços.

Mesmo recebendo o benefício, as limitações financeiras impediam o acesso ao lazer e divertimentos, em outros bairros e outras cidades. Verificou-se que não há incentivo para a realização de atividades culturais no bairro, estimuladas por programas complementares à transferência de renda, com objetivo de fortalecer a cidadania.

A precariedade das ocupações exigia que as famílias adotassem estratégias de sobrevivência, realizando diversas atividades, como: fabricar sabão (para vender e para consumo próprio), fazer faxina, fazer colchas e tapetes de retalhos, cuidar de crianças,

de parentes ou de vizinhos e vender hortaliças. Essas atividades eram, predominantemente, exercidas por mulheres. Para os homens, destacaram-se: atividades em obras, como servente de pedreiros, fazer reformas em casas ou apartamentos, pintura de casas ou apartamentos, capinar e limpar jardins.

Os resultados sobre o perfil familiar estão condizentes com os da pesquisa sobre avaliação do PBF feita junto a 4000 beneficiários pelo Núcleo de Pesquisas Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), citada por Weissheimer (2010). Dos 53

municípios pesquisados, 27 foram as capitais dos estados, sendo a maioria dos entrevistados composta por mulheres (93,9%), de 25 a 44 anos, com escolaridade muito baixa, donas de casa, predominantemente pardas, seguidas de brancas e negras, indicando que o programa está chegando a quem de fato precisa dele.

A configuração das redes sociais ativadas pelas unidades familiares, apresentadas na Tabela 03, envolviam outros membros das famílias, vizinhos e amigos. No caso das redes familiares, para quatorze famílias entrevistadas, a ajuda era acionada esporadicamente, em situações extremas de necessidade, ou seja, em situações de fome e doenças, quando a família não tinha nenhum alimento ou quando alguém da família era acometido por alguma doença. Acredita-se que, possivelmente, a baixa frequência das famílias em acionar ajuda junto aos familiares deve-se à situação de pobreza vivida também pelos parentes. Nesse sentido, a precariedade das condições vividas dos parentes era impedimento às situações de ajuda, principalmente financeira.

As narrativas permitiram dimensionar o valor da ajuda e da solidariedade entre familiares, pois verificou-se que a maioria das famílias pesquisadas solicita e recebe ajuda de familiares com intensidades variadas, conforme as condições que as pessoas dispõem para ajudar. A maioria apontou que a ajuda financeira é mais difícil, porém a ajuda em caso de falta de alimentos, em situações de doenças e troca de favores é mais comum. Observou-se também que a possibilidade de ajuda é seletiva e não depende dos vínculos consanguíneos, pois, para muitos, a possibilidade de ajuda se coloca conforme os vínculos de maior ou menor proximidade afetiva. Portanto, as pessoas selecionam a quem podem pedir ajuda: a um irmão e não a outro, aos cunhados e não aos irmãos, ao sogro e à sogra e não ao pai e à mãe; e, em alguns casos, os amigos são mais solicitados e ajudam mais do que os familiares.

**Tabela 3 - Vínculos estabelecidos pelas famílias beneficiárias do PBF, com parentes, Muriaé/MG, 2013.**

**Vínculos com os familiares (Nº) e Percentual (%)**

Não têm nenhum vínculo	Possui vínculo apenas com um membro familiar	Conta com todos os familiares em todas as dificuldades	Conta com os pais sogros em todas as dificuldades	Conta com os familiares nos casos de doença e fome
------------------------	--	--	---	--

	(irmão)			
14,0	3,0	20,0	13,0	14,0
21,88	4,69	31,25	20,31	21,88
<b>Vínculos com os vizinhos (Nº) e Percentual (%)</b>				
Não tem nenhum vínculo com vizinhos	Em todas as dificuldades	Principalmente em casos de doença e fome Apenas para troca de favores		
38,0	14,0	7,0	5,0	
59,37	21,88	19,93	7,82	

<b>Vínculos com os amigos (Nº) e Percentual (%)</b>		
Não possui amigos	Contam com a ajuda deles em todas as dificuldades	Contam com a ajuda deles em casos de doença e falta de alimentos
23	16	25
35,93	25	39,06

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Considera que as redes sociais são construídas através da comunicação e de estratégias de investimento nas relações sociais a fim de alcançar fontes de benefícios, sejam emocionais, operacionais e financeiros. Na visão desse autor, o sentimento de confiança mútua entre os indivíduos que compõem as redes é, sem dúvida, o elemento chave para a consolidação das comunidades pessoais ou das redes sociais, reconhecendo uns nos outros, suas habilidades, competências, conhecimentos e hábitos.

Assim, observou-se que os vínculos dependiam do grau de confiança que a família sentia em relação aos familiares: 79,6% (n=51) das entrevistadas disseram “confiar muito ou totalmente” nos familiares; 3,1% (n=2) afirmaram que “confiava mais ou menos”;

9,4% (n= 6) destacaram que “confiavam pouco”; e 7,8% (n=5) “não confiavam”.

Importa destacar que nos depoimentos verificou-se que o nível de confiança se dava conforme o tipo e a frequência de ajuda que recebiam, bem como os vínculos de convivência que eram estabelecidos.

No tocante aos vínculos entre os vizinhos, constatou-se que 21,9% (n=14) das famílias podiam contar com os vizinhos em todas as dificuldades; ou seja, para ajudas com pagamentos de contas, nos casos de falta de alimentos, empréstimo de objetos, doenças, ajudas com conselhos e diálogos, cuidado dos filhos, entre outras. Em torno de 11% só podiam contar com a ajuda de vizinhos em caso de doenças e fome; enquanto 7,8% (n=5) apontaram que existia apenas troca de favores e que, “quando recebiam ajuda, ajudavam também”. Por outro lado, 59,4% (n=38) disseram não manter nenhum vínculo com os vizinhos evitando, inclusive, até as conversas, para impedir conflitos. Além disso, de acordo com as falas, verificou-se que o fato de necessitar de ajuda aponta para a posição de inferioridade, constrangimento e humilhação em relação aos outros, principalmente outro, próximo e igual. Já quem ajuda se põe numa posição de superioridade. Portanto, muitas pessoas que não têm condições de estabelecer a reciprocidade, preferem não solicitar ajuda aos vizinhos. Por causa disso, se isolam, para não ter que expor a situação cotidiana de sua família.

Além dos vizinhos, é comum entre as famílias em situação de vulnerabilidade social ativar as redes de amigos, como foi o caso de 25% (n=16) das unidades familiares que contavam com a ajuda em qualquer dificuldade; ou em situações extremas (39%). Assim, os resultados reforçam a importância da rede social em seu papel de colaboração solidária na vida das famílias, principalmente as que têm em seu cotidiano situações precárias de diversas ordens, como é o caso das famílias pesquisadas neste estudo. Dessa forma, os vínculos de amizade, de parentesco, de vizinhança e, inclusive,

religiosos são fundamentais para a maioria das famílias, pois a partir da articulação entre os diversos nós, com diferentes dimensões e com as relações sociais simétricas (ajudas recíprocas) ou assimétricas, as famílias se fortalecem, conforme a definição de rede social de Castells (2007).

Apesar de observar a presença e o funcionamento das redes no grupo pesquisado, observou-se que as situações de conflito também estiveram presentes. Entre as situações

de conflitos observadas entre as famílias beneficiárias do PBF, ficou evidente uma grande disputa entre as famílias pelo benefício do programa. Referem-se a situações de desconfiança, delação, trocas de acusações e de disputa entre beneficiários, que influenciavam os vínculos de solidariedade e comunitários. Essas situações, para muitos, levavam ao empobrecimento dos vínculos de amizade e de vizinhança, já muito frágeis. Ou seja, o PBF, em alguns casos, contribui para desestruturar as redes sociais mantidas pelo grupo de famílias pesquisadas, agravando as situações de pobreza, uma vez que a participação no programa é motivo de conflitos.

Os dados referentes ao habitat familiar mostraram que, de modo geral, a maioria das famílias tinha acesso aos serviços básicos de infraestrutura, especialmente em relação à água tratada e energia elétrica. Quanto ao tipo de escoamento sanitário, enquanto que em 40,6% (n=26) o escoamento se dava por meio de fossa séptica. A totalidade das casas visitadas estava na zona urbana, contando tanto com o acesso a energia elétrica quanto com o abastecimento de água fornecido pela rede pública.

Mais de 70% dos imóveis visitados eram de propriedade das famílias, sendo o restante emprestado (20%) ou alugado (10%). Verificou-se também que, apesar de não morarem no mesmo imóvel que os pais, grande parte das famílias morava próxima de seus familiares, sobretudo dos pais. No caso de residirem em casas emprestadas pelos pais (12,5%), alegaram que era por falta de recursos para arcar com os custos de um lote; assim, dividiam o quintal com os pais, construindo junto à casa paterna. Os pais ajudavam nesses momentos com a doação de parte do quintal e, por isso, as construções eram muito próximas umas das outras, o que provavelmente implica impedimentos para a regularização do imóvel na prefeitura.

O sonho da casa própria, mesmo que seja no quintal dos pais, levava as famílias a construir suas residências sem considerarem as questões legais que lhes conferem, inclusive, a posse legal do imóvel. Frequentemente, tratava-se de casas muito simples, inacabadas e precisando de reformas. O tipo de material, predominante utilizado nas construções, era a alvenaria (tijolos e blocos de cimento); enquanto que nos barracos observou-se a presença e reaproveitamento de outros materiais, como madeira, papelão e plásticos. A maioria das residências, a maioria das moradias tinha sido construída ao

longo de muito tempo (grande número delas ainda inacabado), sem planejamento em relação a tamanho, distribuição do espaço ou disposição dos cômodos.

Em relação à posse de bens duráveis, verificou-se, que os principais bens, em ordem decrescente, eram: televisão (23 famílias) tanquinho para lavar roupas (17

famílias), geladeira (11 famílias), telefone celular (12 famílias). Apenas uma família possuía computador e máquina de lavar roupas. Neste grupo, 10 das famílias possuíam aparelho de DVD. A maioria das aquisições era feita a prazo, sobretudo para compra de bens, como televisão, aparelhos de DVD, ventilador, etc. Algumas mulheres reconheceram que o pagamento parcelado implicava juros e, portanto, ao final, pagavam mais pelo produto. No entanto, assumiam que não tinham outra opção, devido à insuficiência da renda.

Os meios de transporte utilizados pelas famílias eram bicicletas (64%) e transporte coletivo urbano (76%); nenhuma família possuía automóvel. Para as famílias que residiam na região periférica, as bicicletas eram alternativas econômicas e necessárias para o transporte.

## **5.2 Percepções das Famílias Beneficiárias**

De modo geral, a tendência do grupo foi de considerar o benefício do PBF uma ajuda importante. Sobre os pontos positivos, os aspectos apontados pelas respondentes foram: um meio de evitar situações de fome, inclusive de crianças; uma forma de ajuda para a melhoria da saúde e da moradia; um meio de ajuda em situação de desemprego; um auxílio para adquirir bens e serviços (alimentos, vestuário, estudos, energia elétrica e água) e pagar as contas; e um meio de substituir um salário

O acesso a alimentos, como frutas, carnes, biscoitos, leite e derivados para os filhos, foi citado pela maioria das mães, como uma das principais mudanças do PBF. Todas as mães disseram que, após a participação no Programa, suas famílias não passaram por momentos de falta de alimentos. Embora o foco não fosse a Segurança alimentar e nutricional, durante as entrevistas foi destacado que o dinheiro recebido era usado em primeiro lugar com a alimentação da família, para evitar a falta de alimentos em casa.

Esses resultados são coerentes aos da pesquisa feita pela Universidade Federal Fluminense (UFF), citada por Weissheimer (2010), que identificou que os recursos do programa, gastos basicamente com alimentação (76,4%) e material escolar (11,1%), melhoraram a autoestima e o acesso ao crédito, o que aumentou a possibilidade dessas famílias avançarem na direção da construção de redes locais de sociabilidade e para a construção de estratégias para a saída da exclusão social.

O conceito de Segurança alimentar e nutricional está fortemente relacionado à alimentação adequada como um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade

da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população; conforme Lei Orgânica nº 11.346, Artigo 3º, de 15 de setembro de 2006:

[...] A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Assim, conforme Belik (2012), a noção de segurança alimentar é feita em aspecto condicional, verificada ao nível de cada indivíduo e situada em quatro dimensões: disponibilidade de alimentos, acesso aos alimentos, forma de utilização e estabilidade ao longo do tempo. Ao estabelecer a segurança alimentar em termos individuais, o foco da definição passa a ser uma condição pessoal, no sentido de que a fome é a falta de capacidade das pessoas em ter controle, por meio legal ou direito, do acesso para a aquisição de alimentos.

Entretanto, os dados coletados permitem afirmar apenas que houve diminuição de situações de fome das famílias beneficiárias do PBF, porque, segundo as mães, com o dinheiro do PBF passaram a ter condições de comprar mais alimentos e itens que antes não podiam adquirir, como iogurtes, frutas, doces e biscoitos, para os filhos. Assim, mesmo com a percepção de aumento na quantidade e variedade dos alimentos a partir do Programa Bolsa-Família, a situação de insegurança alimentar é alta. O PBF é importante para melhorar as condições de vida das famílias, embora, por si só, não garanta índices satisfatórios de segurança alimentar, questão associada a um quadro de pobreza mais amplo.

Observando outros aspectos que melhoraram com o PBF, a maioria das entrevistadas apontou melhorias em relação à situação financeira da família, apesar de

existirem algumas que não conseguiram perceber nenhuma melhoria significativa. Importa destacar, que nem todas que apontaram, que a situação atual estava melhor, faziam associações ao PBF. Em algumas falas, foi apontado que nesse período, conseguiram manter o emprego ou conseguiram um trabalho melhor (em relação ao trabalho dos maridos ou o trabalho delas próprias) e, através deles, tinham a garantia do salário. Assim, o acesso ao emprego era na realidade, quem trazia melhoria às suas condições de vida.

Os Programas de Transferência de Renda por meio do estudo considerando o ponto de vista teórico, político e normativo verifica-se que não são funcionais para o enfrentamento das expressões da questão social, como os problemas vivenciados pelas famílias, violência, drogas, pobreza, isso porque as políticas e programas sociais não estão sendo encaminhados para a resolução de problemas, porém para fazer funcionar uma dupla intervenção do Estado capitalista no sentido de reprodução acumulativa e promover a própria legitimidade do sistema, atenuando conflitos e minimizando possíveis ameaças ao movimento de expansão do capital.

As situações de violências estiveram associadas aos problemas de dependência de álcool e drogas apontados por 90% das famílias. No entanto, apenas três famílias destacaram que vivenciavam esse tipo de problema na sua própria casa. As preocupações das mães se manifestaram de forma gradual, conforme a proximidade dessas situações com suas vidas, grau de parentesco ou afetividade em relação aos envolvidos.

Outro fator problemático, vivenciado pelas famílias em situação de vulnerabilidade social, está associado ao desemprego. Na pesquisa em questão, duas famílias encontravam em situação de desemprego: na primeira nenhum membro da família trabalhava, dependendo inteiramente do benefício do PBF; na segunda, apenas o marido era aposentado. Nas análises de Amartya Sen e José de Souza Martins, o desemprego é apontado como um elemento importante para a avaliação da pobreza e da exclusão. Ele contribui para a “multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações e de anulações” das famílias, como colocou Martins (2008). Além disso, o desemprego não é meramente uma deficiência de renda que pode ser compensada por transferências do Estado, conforme apontou Sen (2000), é também uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangentes sobre a iniciativa e liberdades dos indivíduos e, nos casos das referidas famílias, gerou problemas de saúde e violência.

Diante disso, é compreensível que as maiores preocupações das mães estejam associadas à violência e ao consumo de drogas, haja vista que, para grande parte das famílias, o cotidiano é marcado por situações de insegurança e riscos, que não podem ser solucionadas apenas com a transferência de renda do Programa. A transferência de

renda é reconhecida pelo grupo como ajuda, às vezes importante, outras nem tanto, mas o aspecto monetário por si só é insuficiente para reduzir as situações de pobreza e exclusão vividas pelas famílias beneficiárias.

Além de observar as expectativas e as preocupações das famílias, a fim de compor a avaliação sobre as mudanças percebidas por elas, buscou-se verificar se, após o ingresso

ao Programa, houve participação das famílias em cursos e programas complementares à transferência de renda do PBF, conforme consta na legislação deste. Justifica-se essa avaliação porque, no conjunto de dados que representam de fato as capacidades e liberdades das pessoas, segundo a abordagem de Amartya Sen (2000), os

“funcionamentos sociais” vão desde questões básicas, como estar alimentado e com boa saúde, até questões mais complexas como ser respeitado, participar da vida social como consumidor e trabalhador, entre outras. Nessa perspectiva, a legislação do Programa prevê e enfatiza que a inclusão social das famílias se dê mediante a articulação da transferência escolar com o acompanhamento médico para a família e frequência escolar dos filhos e também com a participação em cursos complementares de capacitação para o trabalho e acesso ao conhecimento.

Considerando esse aspecto, foi indagado às mulheres sobre a sua participação em cursos ligados ao PBF, e todas responderam que nunca haviam participado de nenhum curso promovido pelo PBF no município. Para esse grupo de beneficiários, ainda não haviam sido ofertados cursos, conforme previsto na legislação. Mais da metade das mulheres, no entanto, gostaria de voltar a estudar. Os motivos relacionados a esse desejo foram os mais diversos. Grande parte via no estudo a possibilidade de: ascensão social e realização pessoal, acesso ao trabalho, melhoria da renda, melhoria do cuidado da família, melhor exercício da vida religiosa e ser mais respeitado. A maioria gostaria de participar de cursos ou aprender alguma atividade extra. As razões estiveram relacionadas a fatores econômicos (para melhorar a renda da família), acesso ao mercado de trabalho, melhoria dos cuidados da família ou de melhoria da vida social, uma vez que para a mulher seria a possibilidade de sair de casa e conversar com outras pessoas, elevando sua autoestima.

### **5.3 As famílias egressas do PBF e suas percepções**

Pode-se constatar, que as famílias egressas eram preferencialmente nucleares

(70%), com uma média de 4 filhos, estando em fase de maturação (45%) do ciclo de vida. Quanto à composição familiar dos grupos familiares analisados, o número de residentes no mesmo teto era, em sua maioria, constituído de 4 a 6 pessoas, representando 50% do total. É importante destacar, que as famílias com um número elevado de membros compõem uma situação de precariedade porque a renda familiar per capita tende a ser baixa, demonstrando assim a gravidade das condições de precariedade em que estes grupos estão expostos.

Os motivos para a saída do programa são os mais variados como, por exemplo, o não cumprimento de condicionalidades na área de educação e saúde (32 famílias), revisão cadastral não concluída (15 famílias). Houve apenas duas egressas que se retiraram por não dependerem mais do programa, porque com o aumento de suas rendas per capita não se enquadravam mais na atual faixa de pagamento do benefício. Essas famílias relataram que essa emancipação foi devido ao fato de que, mesmo enfrentando a pobreza em seus múltiplos aspectos – econômica, educacional, médico, social – receberam amparo e orientação para transformar vocações profissionais em fonte de renda. Entre tantos passos intermediários na consolidação do programa, tem-se como certo que, em 2006, quando teve início a formação do Cadastro Único, para verificar a situação social das famílias de todo o País, foi possível atravessar uma fronteira capaz de separar o assistencialismo convencional, daquilo que se considera uma política social atualizada e efetiva, cuja base é um esforço pela autonomia dos cidadãos e não pela preservação de sua dependência.

Pesquisa do IPEA, discutida por Weissheimer (2010), comenta a respeito ao destacar que as políticas sociais inclusivas deveriam se pautar nas seguintes diretrizes: a) maior igualdade de oportunidades para que haja acesso a capacidades produtivas, informações e meios de produção; b) política educacional que promova a expansão da escolaridade e redução das desigualdades educacionais; c) tratamento mais equitativo no mercado de trabalho, reduzindo tanto as práticas discriminatórias quanto as diferenciações de remunerações para trabalhadores igualmente produtivos; c) maior acesso ao mercado de trabalho e geração de qualidade; d) construção de um sistema tributário socialmente justo; e) reforçar a rede de proteção social, para maior efetividade das políticas de transferência de renda, combate à pobreza e empoderamento familiar.

Com respeito às percepções das egressas sobre o empoderamento, inicialmente, foi indagado sobre os seus significados, sendo visto preferencialmente, como: mais acesso ao crédito, liberdade, mais acesso à saúde e alimentação. Das 49 egressas, 96% (n=47) foram desligadas do PBF por questões de não atendimento às condicionalidades, na área da educação e saúde (32 famílias), revisão cadastral não concluída (15 famílias), sentindo-se, portanto, não empoderadas.

## **6. CONCLUSÕES**

Retomando os principais conhecimentos reportados neste trabalho, foi possível contextualizar historicamente, os programas de transferência de renda, descrevendo o

desenho e a realidade do PBF no Município de Muriaé, de acordo com as percepções das famílias beneficiárias. Podendo-se concluir, que o mesmo, não contribui para situações de inclusão social, inclusive aquelas previstas por lei, como a promoção de cursos de profissionalização, ou seja, se através do PBF fosse oferecido aos membros das famílias alguma capacitação, as famílias teriam chances de adquirir novos conhecimentos e habilidades, de obter renda através do trabalho desenvolvido como consequência da capacitação e qualificação profissional e, portanto, poderiam ter maior capacidade para o empoderamento.

O principal aspecto percebido pelas famílias, como positivo no âmbito do PBF, foi a transferência de renda que alivia, de forma imediata, situações de fome. A maioria considerava o PBF como positivo e como importante ajuda, apesar da mesma ser insuficiente para a solução dos problemas de diversas ordens que vivenciavam. Enfim, a realidade do PBF em Muriaé, MG, mostra que o programa tem como objetivo central o atendimento das necessidades básicas imediatas das famílias, não apresentando elementos para fortalecê-las de forma mais significativa; ou seja, o alívio imediato da pobreza se dava por meio da transferência direta de renda às famílias, mas a promoção da inclusão social das famílias não tem sido plenamente efetivada. O valor transferido às famílias que vivem em meio às diversas situações de pobreza e de extrema pobreza é relativamente baixo, quando é considerado o amplo quadro de carências que apresentam.

O empoderamento das famílias egressas foi limitado em função do número significativo de famílias se encontrarem em descumprimento de condicionalidades na saúde ou educação, ou ainda por cadastros desatualizados. Observou-se uma ausência de informação sobre seus deveres, enquanto beneficiárias do programa, muitas desconheciam a palavra empoderamento e atribuições, logo, não se sentiam empoderadas.

Nesse sentido, a hipótese que norteou este estudo, de que a pobreza e a exclusão têm contornos multidimensionais e que a superação ou atenuação das mesmas, através do Programa Bolsa-Família, só seria possível mediante um plano estratégico que concilie a transferência de renda com a promoção de capacidades, foi confirmada. Sem

o oferecimento de oportunidades sociais, as famílias pobres e excluídas têm poucas chances de alcançar o empoderamento.

Entende-se que tão importante, quanto a entrada das famílias pobres e excluídas no Programa, é a saída delas pelas portas da inclusão social. Em princípio, suas estratégias deveriam conduzir as famílias beneficiárias a novos caminhos, nos quais o peso da

pobreza e da exclusão, corporificados nas experiências vividas, dessem lugar às experiências de práticas cidadãs num contexto de inclusão social.

## 8. REFERÊNCIAS

BALSA, Casimiro, et. al. **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional**. Lisboa: Unijui, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BELIK, Walter. Planejamento e Resultados da Política de Segurança Alimentar no Brasil.

**Revista Internacional em Língua Portuguesa**. n 25, p.66-87, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª edição. Rio de Janeiro. RJ. Editora Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006** – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Brasília: DF, 2006.

BRASIL. MDS. **Programa Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acessado em: 15.04.2015

BRASIL. **Consultas Básicas**. Brasília: 2013. Disponível em: [www.portal\\_da](http://www.portal_da_transparencia.gov.br) transparência. Acessado em: 15.04.2015

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Família Brasileira a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTEL, R. **As armadilhas da exclusão. Desigualdade e Questão Social**. 2ªed. São Paulo: EDUC, 2004.

CASTELLS, M. **Sociedade em rede. (A Era da informação: Economia, Sociedade e cultura, vol. 1)**. 10ª edição. São Paulo, SP. Editora Paz e Terra, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3, p. 9-32, 2001

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados censitários e estimativas (2012. 2014)**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em: 15.04.2015.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: 2008. p. 49-150.

MINAS GERAIS. **Diagnóstico Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Muriaé**. Muriaé: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 2010.

MIOTO, R. C. T **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos vulneráveis**. Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB, 2000. p. 211-224.

**MURIAÉ. Plano Diretor Participativo de Muriaé.** Muriaé: UFMG, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS (PNUD). **Atlas de Desenvolvimento Humano – 2012.** Disponível em: [www.pnud.org](http://www.pnud.org). Acessado em: 15.04.2015.

REGO, Valquíria L. et. all. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** 1ª Ed. São Paulo: Unesp, 2013.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil afinal, de que se trata?** 3ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, C.L; LORETO, M.D.S; SILVA, N.M; FOGAÇA, A. Avaliação do Projeto Pró Sertão: uma questão do empoderamento das mulheres beneficiárias pelo Programa de Microcrédito para atividades não agrícolas de Sergipe. **OIKOS.** v. 13, n.2, p. 19-53, 2002

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão.** São Paulo: Edusp. 2007.

\_\_\_\_\_ **Pobreza urbana.** São Paulo: Hucitec. 2009.

SARTI, C. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** Campinas-SP: Autores Associados, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STOTZ, Eduardo Navarro. Pobreza e capitalismo. In: **Para compreender a pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro. Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública. 2005, p. 53-72.

TRIOLA, Mário F. **Introdução à Estatística.** 11ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de pessoas no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.